

# Guia de Apoio para uma Recuperação Econômica Sustentável Pós-COVID-19



Canada 

Esta publicação só foi possível graças ao apoio financeiro do Governo do Canadá por meio do seu Ministério de Relações Exteriores.

Publicado em novembro de 2020.

# S U M Á R I O



**Introdução ..... 4**



**Por que os parlamentares devem apoiar uma recuperação sustentável e por que agora? ..... 5**

**Evidências científicas demonstram que a mudança climática ameaça todos os setores da sociedade ..... 5**

**Cobenefícios de uma reconstrução sustentável ..... 6**

Oportunidade de melhorar a saúde humana por meio da proteção do meio ambiente ..... 6

Oportunidade para gerar empregos alinhados com o futuro e diversificar economias ..... 6

Oportunidade para reduzir desigualdades e promover inclusão ..... 7



**Áreas de enfoque para ações políticas que apoiem uma recuperação sustentável ..... 8**



**Estruturas para nortear os esforços de recuperação sustentável ..... 11**

**Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ..... 11**

**Contribuições Nacionalmente Determinadas para cumprimento das metas do Acordo de Paris ..... 11**

**Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres e planos nacionais de adaptação à mudança climática .... 13**



**Checklist Parlamentar para uma Recuperação Econômica Ecológica e Sustentável ..... 15**



**Referências ..... 17**



## Introdução

A pandemia do COVID-19 tem tido um impacto significativo em todas as regiões do mundo. Seus efeitos, juntamente com as medidas de saúde pública tomadas pelos governos para controlar a taxa de infecção, contribuíram para uma crise econômica e social global. Para 2020, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) projeta que a taxa de crescimento do PIB da região caia 9,1% em comparação com 2019, e a taxa de desemprego aumente para cerca de 13,5%, contra 8,1% em 2019.<sup>1</sup> Além disso, a queda vertiginosa na entrada de turistas – “nos primeiros cinco meses do ano de cerca de 45% na América do Sul, 45% na América Central, 34% no México e 50% no Caribe, em comparação com o mesmo período de 2019”<sup>2</sup> — prejudicou um importante setor da economia dessa região. Os impactos sociais da pandemia também são graves; uma década e meia de progresso na área de bem-estar social poderá ser perdida, afetando, de forma desproporcional, grupos tradicionalmente marginalizados.<sup>3</sup>

Imediatamente após a Organização Mundial de Saúde declarar uma pandemia global, as respostas dos governos focaram em priorizar recursos para o setor da saúde para proteger a saúde pública, garantir acesso a mercadorias e serviços essenciais, oferecer apoio financeiro a setores da economia afetados por fechamentos abruptos, tais como pequenas e médias empresas, preservar o bem-estar de populações vulneráveis, entre outras medidas.<sup>4,5</sup> Para apoiar a retomada econômica a longo prazo, os governos desempenharão um papel crítico na modelagem das perspectivas para o futuro e da extensão do ônus econômico e ambiental que será imputado aos jovens e às gerações futuras.

Diante dessa conjuntura crítica, os governos seguirão uma abordagem tradicional ou envidarão esforços para uma reconstrução melhor<sup>i</sup> que resulte em sistemas sociais e econômicos mais resilientes? Tais sistemas promoveriam uma recuperação econômica sustentável, uma rota para um desenvolvimento sustentável que melhoraria simultaneamente a saúde humana, preveniria futuros surtos de doenças, geraria bons empregos, aumentaria o bem-estar social e promoveria igualdade entre gerações. A hora de agir é agora. Cada ano que passa torna-se mais difícil cumprir as metas do Acordo de Paris, o que é bastante preocupante, haja vista que os impactos da mudança climática superarão os impactos causados pela pandemia do COVID-19.

Felizmente, há também motivo para otimismo. Caso os governos implementem esforços de “estímulo sustentável” como parte de suas estratégias para a recuperação pós-pandemia, eles podem “estimular a economia no curto prazo ao mesmo tempo que preservam, protegem e melhoram a qualidade do meio ambiente e recursos naturais tanto a curto quanto a longo prazo.”<sup>6</sup> Para construir a resiliência de um país, é importante que as respostas de recuperação do governo não visem apenas à transição para uma economia sustentável, mas também preservem direitos humanos, assegurando que políticas sejam desenvolvidas de forma inclusiva e que apresente respostas coerentes às necessidades da população.

Para essa finalidade, os parlamentares podem desempenhar um importante papel por meio de suas funções de fiscalização e aprovação orçamentária, a fim de assegurar que os pacotes de recuperação econômica invistam e promovam em empregos e economias sustentáveis que lidem com a questão da mudança climática, atenuem o risco de desastres e contribuam para o cumprimento da Agenda de 2030. Além disso, os parlamentares podem influenciar a tomada de decisões a favor de medidas ecológicas e sustentáveis por meio de debates parlamentares. Nesse sentido, legislação e alocação orçamentária adequada serão necessárias para o avanço na promoção de investimento sustentável e na oferta de estruturas que apoiem mudanças sistêmicas, que acabem com a desigualdade e priorizem atividades inclusivas e favoráveis ao meio ambiente.

O objetivo dessa guia é oferecer uma breve sinopse dos motivos pelos quais uma recuperação econômica sustentável é essencial para um futuro mais igualitário e sustentável do ponto de vista ambiental, bem como oferecer orientações aos parlamentares para o apoio dessa causa. Além disso, oferece uma visão geral da ciência, ilustrando a gravidade da crise climática e ambiental, bem como os benefícios sociais, ambientais e econômicos do investimento em um futuro sustentável, fazendo referências a recursos, ferramentas e estruturas internacionais que podem ser utilizados para orientar estratégias e identificar oportunidades de investimento sustentável. Devido à natureza sucinta desta publicação, encorajamos os leitores a consultarem as referências citadas para obterem análises mais aprofundadas.

<sup>i</sup> Termo que defende que, durante a fase de recuperação/reconstrução após um desastre, como o COVID-19, os países não devem reconstruir o status quo que deu origem a muitas das vulnerabilidades que desencadearam a crise, mas aproveitar a oportunidade para construir resiliência e capacidade e tomar medidas em direção a um modelo de desenvolvimento sustentável para gerenciar melhor o risco de desastres futuros.



## Por que os parlamentares devem apoiar uma recuperação sustentável e por que agora?

### Evidências científicas demonstram que a mudança climática ameaça todos os setores da sociedade

A emergência climática continua sendo uma grande ameaça global, e, sem ações decisivas, produzirá impactos muito piores do que os que foram causados pelo COVID-19. Portanto, à medida que o mundo procura formas de lidar com a pandemia, é importante que esforços para abordar a mudança climática, saúde ambiental e desigualdades sociais, sejam priorizados.

Fechamentos econômicos no início da pandemia levaram a uma redução das emissões atmosféricas; estima-se que as emissões gerais de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), em 2020, serão 4 a 7% inferiores aos níveis observados em 2019.<sup>8</sup> Ainda, essas reduções são mínimas quando comparadas às décadas de degradação ecológica. Além disso, as emissões já estão começando a voltar aos níveis normais em alguns países conforme as atividades econômicas são retomadas.<sup>9</sup>

A fim de promover contribuições significativas e duradouras, é necessário investir em setores com pouco uso de carbono e ação climática em escala significativa. Até mesmo com as reduções de 2020, as emissões atuais, tanto de CO<sub>2</sub> quanto de metano (CH<sub>4</sub>), não são compatíveis com padrões de emissão que limitariam o aquecimento global a 1,5°C ou, bem abaixo de 2°C, acima dos níveis pré-revolução industrial.<sup>10</sup> O controle do aquecimento global é de suma importância dado o seu papel no aumento da frequência de eventos climáticos extremos, incluindo ondas de calor, secas, enchentes, tempestades de neve, furacões e incêndios florestais. De forma particular, o número de desastres registrados devido a perigos naturais aumentou aproximadamente 75% de 2000 a 2019 em comparação com os vinte anos anteriores a esse período (1980-1999), e gerou prejuízos econômicos da ordem de US\$2,97 trilhões em todo o mundo.<sup>11</sup>

A mudança climática está afetando a produtividade e o crescimento econômico ao impactar a oferta e demanda por mercadorias e serviços, inclusive no setor de turismo, e a capacidade das empresas de operarem devido a eventos climáticos extremos e perigos naturais, ao mesmo tempo que pressiona a infraestrutura de transporte e os serviços e instalações da área da saúde.<sup>12,13</sup> O Banco Interamericano de Desenvolvimento projeta que, até 2050, os danos causados pela mudança climática poderiam custar à região da América Latina e do Caribe US\$ 100 bilhões por ano.<sup>14</sup> Mudanças nos padrões e quantidade de chuva estão agravando a ocorrência de perigos naturais, o que, por sua vez, afeta a oferta de água potável para saneamento e atividades agrícolas e industriais,<sup>15</sup> causando também um aumento da degradação do solo e desertificação, contribuindo para a insegurança alimentar.<sup>16</sup> Além disso, a mudança climática está alterando significativamente parâmetros de ecossistemas, o que, juntamente com os níveis insustentáveis de consumo e uso dos recursos terrestres pela humanidade, está tornando habitats inabitáveis, ameaçando a sobrevivência de diversas espécies, e, em última instância, acarretando perda de biodiversidade e custos à saúde e bem-estar humanos, haja vista que ecossistemas biodiversos contribuem para a produção de alimentos, acesso à água doce, pesquisas biomédicas e a disponibilidade de medicamentos tradicionais, entre outros benefícios.<sup>17</sup>

Desse modo, é de suma importância que o combate à mudança climática continue sendo prioridade e que esse momento histórico sirva como catalisador de ações governamentais ousadas voltadas à atenuação da mudança climática e adaptação a seus efeitos, permitindo uma preparação adequada para desastres futuros que construa resiliência e assegure que ninguém seja deixado para trás.



Figura 1: Gráfico extraído do Relatório United in Science (Unidos pela Ciência) que fornece um resumo geral das principais mensagens de relatórios recentes que ilustram os impactos climáticos e ambientais, atuais e projetados, e tendências gerais de emissões.<sup>7</sup>

## Cobenefícios de uma reconstrução sustentável

### Oportunidade de melhorar a saúde humana por meio da proteção do meio ambiente

Um meio ambiente saudável é benéfico para a saúde humana porque assegura a qualidade da água e do ar, minimiza a exposição a contaminantes e resíduos, e protege determinantes sociais e econômicos da saúde contra os impactos da mudança climática mencionados anteriormente. Caso os governos priorizem um meio ambiente saudável e limpo, e o reconheçam como um direito humano, podem ajudar a redefinir e restaurar a relação entre os seres humanos e a natureza, ao mesmo tempo que previnem o aumento de vulnerabilidades geradas pela degradação ambiental, mudança climática e desastres.<sup>18</sup>

Durante o pico da quarentena e redução da mobilidade humana na América Latina, a concentração de poluentes no ar caiu e a qualidade do ar melhorou.<sup>19</sup> Visto que doenças respiratórias matam 300.000 pessoas nas Américas todos os anos, os benefícios para a saúde resultantes de um comprometimento com melhorias de longo prazo na qualidade do ar são claros: um meio ambiente próspero e políticas que trabalhem para limitar a emissão de contaminantes, reduziram a taxa de morbidade e mortalidade por doenças respiratórias na região.<sup>20</sup> Investimentos em novos espaços verdes também podem reduzir simultaneamente a poluição do ar e criar ambientes construídos de forma mais saudável que estimulem a prática de atividades físicas, com benefícios para a saúde tanto física quanto mental.

O combate à mudança climática e degradação do meio ambiente (ex: desmatamento) também poderia prevenir a ocorrência/recorrência de determinadas doenças e reduzir a prevalência e intensidade de doenças zoonóticas, ou seja, doenças transmitidas de animais para seres humanos; em termos mais específicos, 75% das doenças infecciosas emergentes são doenças zoonóticas.<sup>21, 22, 23</sup> Além disso, uma recuperação sustentável poderia beneficiar comunidades pobres ou marginalizadas, que são afetadas, de forma desproporcional, pela deterioração do meio ambiente, sendo frequentemente vítimas de racismo ambiental, uma forma de racismo sistêmico pela qual comunidades racializadas são obrigadas, de forma desproporcional, por meio da pobreza e guetificação, a viverem próximo a perigos ambientais, e, conseqüentemente, vivenciarem maiores taxas de problemas de saúde.<sup>24, 25</sup> Além disso, a ação climática ajudaria a reduzir o número de pessoas expostas a riscos climáticos e suscetíveis à pobreza, um importante determinante social da saúde, podendo retirar centenas de milhões de pessoas dessa situação até 2050.<sup>26</sup>

A compreensão da relação entre saúde e meio ambiente reforça o argumento a favor de uma recuperação sustentável, uma abordagem com potencial de reduzir as preocupações atuais com a saúde da população, prevenir crises de saúde futuras e a morbidade e mortalidade associadas a elas, e proporcionar economias de milhões de dólares aos sistemas de saúde que, caso contrário, seriam direcionados a respostas a problemas de saúde.<sup>27</sup>

### Oportunidade para gerar empregos alinhados com o futuro e diversificar economias

Espera-se que a América Latina e o Caribe enfrentem uma grave recessão econômica devido à pandemia de COVID-19, com os respectivos impactos no mercado de trabalho. De fato, segundo a Organização Internacional do Trabalho, trata-se da região mais afetada do mundo em termos de perdas de horas trabalhadas e renda de trabalho,<sup>28, 29</sup> o que pode ser atribuído, parcialmente, à incapacidade de grande parte das ocupações da região de migrarem para um sistema de trabalho remoto.<sup>30</sup> Na primeira metade da pandemia, estima-se que 34 milhões de trabalhadores da América Latina e do Caribe tenham perdido o emprego, tendo sido as mulheres e os jovens os indivíduos mais afetados devido à sua sobre-representação nos setores atingidos mais duramente pela crise, entre eles os setores de varejo, restaurantes, serviços domésticos, turismo e construção, bem como o setor informal. A região do Caribe foi afetada de modo especial devido à sua grande dependência do turismo.<sup>31</sup>

A pandemia demonstrou que há necessidade de diversificação econômica na região e, oferece uma oportunidade de reestruturação de economias. Um processo de recuperação sustentável e igualitário pode melhorar o estado da economia, reduzir desigualdades e restaurar o meio ambiente, o que, por sua vez, tem o potencial de gerar quinze milhões de empregos líquidos na América Latina e no Caribe, sendo que mais da metade desses empregos requer nível baixo ou médio de qualificação.<sup>32</sup> Além disso, cuidar da natureza também ajuda a assegurar a sustentabilidade de empregos dependentes de sistemas naturais.<sup>33</sup> Fora isso, a implementação de práticas de economia circular voltadas à redução de desperdícios de recursos naturais, ajudaria a diversificar economias e limitar impactos ambientais e riscos sociais, sobretudo em comunidades cujo sustento dependa de setores de recursos naturais.<sup>34</sup>

Uma transição justa é essencial para assegurar que trabalhadores de setores não sustentáveis não sejam deixados para trás. Uma economia sustentável significa oferecer a esses indivíduos acesso a programas de reciclagem para facilitar sua migração para empregos de setores sustentáveis emergentes. Essa mesma oportunidade seria oferecida a indivíduos com menores níveis de instrução e a mulheres, a fim de promover igualdade de gênero dentro de setores dominados tradicionalmente pelos homens.

## Oportunidade para reduzir desigualdades e promover inclusão

A reconstrução rumo a sociedades mais igualitárias, a proteção do meio ambiente, o bem-estar social e o bem-estar econômico de todos precisam ser assegurados. A pandemia demonstrou ter um impacto diferente sobre populações historicamente marginalizadas, da mesma forma que várias outras crises do passado. Características sociais como gênero, idade, renda, tipo de emprego, grau de instrução, etnia e raça, status de imigração, deficiência mental ou física, orientação sexual etc., têm desempenhado um papel importante na determinação da capacidade das pessoas de gerirem e superarem a doença causada pelo COVID-19, bem como os impactos socioeconômicos da pandemia; esses fatores afetaram sua capacidade de ficar em casa e de obter acesso à saúde e necessidades básicas, entre outros recursos sociais e econômicos.<sup>35</sup> Por exemplo, as mulheres, sobretudo as que vivem na pobreza e/ou pertencem a grupos racializados, correm maior risco de infecção e vivenciam grandes perdas de renda e ônus desproporcional de assistência e trabalho doméstico não remunerado.<sup>36</sup> Uma recuperação sustentável é uma oportunidade tanto para reconhecer os impactos relacionados ao gênero das crises, quanto para promover as mulheres como agentes de transformação por meio do financiamento dos seus negócios sustentáveis e projetos comunitários, bem como assegurar uma representação interseccional de mulheres durante processos decisórios.

Políticas de resposta têm o potencial de reduzir desigualdades socioeconômicas ao adotarem uma transição justa que conduza os trabalhadores de “setores em declínio” não sustentáveis para trabalhos sustentáveis e bem remunerados, aumentando assim as oportunidades de emprego, inclusive para indivíduos historicamente marginalizados e os que trabalham no setor informal, representados de forma desproporcional por mulheres. Políticas de recuperação relacionadas a emprego também poderiam contribuir para a redução da divisão campo-cidade e desigualdades de gênero dentro dos países, considerando que 46% da população rural da América Latina e do Caribe vive abaixo da linha da pobreza e, que as mulheres compõem metade da população.<sup>37</sup> Programas de trabalho focados em modernização e inovação, investimentos em infraestrutura em áreas rurais e fortalecimento da proteção social (ex: benefícios para desempregados) para dar apoio a trabalhadores que perderam o emprego e comunidades afetadas pelos impactos da mudança climática poderiam contribuir para a redução dessas desigualdades.<sup>38</sup> Esforços de modernização não apenas gerariam empregos, mas também permitiriam maior acesso à informação e à educação. Além disso, a expansão da energia renovável poderia melhorar o acesso de comunidades de baixa renda a fontes de energia confiáveis, sobretudo em áreas rurais; a restauração do solo e a implementação de práticas agrícolas mais sustentáveis também poderiam melhorar a renda e segurança alimentar de pequenos produtores rurais.<sup>39</sup> Modernizações de instalações elétricas poderiam ajudar as residências a diminuir o valor da sua conta de luz, o que beneficiaria particularmente as famílias de baixa renda. Por fim, investimentos na adaptação às mudanças climáticas aumentariam a resiliência da comunidade a essas mudanças e aos desastres associados a elas, prevenindo prejuízos financeiros significativos.

Em última análise, todas as decisões tomadas por governos agora terão impacto sobre as gerações futuras. Os níveis atuais de produção e consumo, inação climática e degradação do meio ambiente são insustentáveis; os jovens de hoje estão falando o que pensam a respeito do mundo que herdarão. Lidando concomitantemente com a crise climática e a instabilidade econômica, uma recuperação sustentável procuraria abordar o ônus injusto que está sendo imputado às futuras gerações não somente por conta da crescente dívida pública, mas também devido à grande dívida climática e ambiental que elas herdarão, buscando assim acabar com essa divisão entre gerações.

Conforme ilustrado nesta seção, a tomada de ações climáticas e priorização de preocupações ambientais nos esforços de recuperação ajudariam a lidar com injustiças ambientais e sociais, melhorando a saúde de populações vulneráveis e ajudando a reduzir/prevenir a exacerbção de vulnerabilidades causadas por desigualdades atuais e futuras.<sup>40,41</sup> Não é surpresa que os países com proteção social mais robusta, igualdade no acesso à saúde (com base em necessidade e não na capacidade de pagar), bem como níveis mais elevados de confiança pública no governo e solidariedade têm se mostrado mais bem equipados para gerir a pandemia de COVID-19.<sup>42</sup> Essa crise acentuou a necessidade de aproveitar essas políticas e transformar modelos de desenvolvimento atuais para lidar com injustiças sistêmicas, trabalhando para reduzir a desigualdade na distribuição de renda, assumindo o compromisso de acabar com a corrupção, assegurando o acesso a trabalho decente (sobretudo para comunidades carentes e isoladas) e assegurando que a igualdade de gênero esteja no cerne dessas ações.<sup>43</sup>



## Áreas de enfoque para ações políticas que apoiem uma recuperação sustentável

Dada a urgência da emergência climática e os potenciais cobenefícios de uma recuperação sustentável para a saúde da população, oportunidades econômicas e redução de desigualdades, há diversos motivos para apoiar uma recuperação sustentável após a pandemia de COVID-19. Políticas que estimulem a sustentabilidade também demonstraram proporcionar mais benefícios de longo prazo em comparação com os investimentos em políticas tradicionais.<sup>44</sup> A alocação de recursos para “infraestrutura física não poluente, reformas para aumentar a eficiência energética de edifícios, investimentos em educação e treinamento, investimentos em capital natural, e pesquisa e desenvolvimento não poluentes” estão entre as políticas sustentáveis com maior potencial de impacto climático e maior probabilidade de angariar o apoio do público. Além disso, elas podem ser implementadas relativamente rápido e muitas são altamente dependentes de mão de obra, o que representaria um estímulo imediato à economia, bem como proporcionaria retornos econômicos positivos no longo prazo.<sup>45</sup> A pandemia também oferece uma grande oportunidade para a transformação de sociedades, encorajando-as a adotarem práticas mais inclusivas e favoráveis ao clima, haja vista que, como mostra a história, períodos pós-crise e de transição têm sido veículos de mudança sistêmica e adaptações em comportamentos de consumo.<sup>46, 47</sup>

O desenvolvimento de ações políticas que apoiem uma recuperação sustentável poderia envolver uma variedade de abordagens. Por exemplo, soluções baseadas na natureza, ou seja, ações para lidar com desafios sociais e proporcionar bem-estar humano por meio da conservação, gestão sustentável e restauração de ecossistemas, são uma forma de aproveitar serviços ecossistêmicos que paisagens naturais oferecem e podem orientar investimentos incluídos em pacotes de recuperação. Investimentos em infraestrutura sustentável, proteção da biodiversidade, conservação e restauração de ecossistemas e promoção de uma economia circular que vise à minimização do uso de recursos e poluição também têm importância crítica.<sup>48</sup>

As políticas também podem concentrar investimentos em uma variedade de setores econômicos para alcançar os cobenefícios previamente citados para a saúde, economia e meio ambiente. Por exemplo, investimentos sustentáveis em práticas de agricultura e pesca, gestão de terra e água e práticas voltadas a mercados e sistemas alimentares globais não apenas preservariam recursos naturais, mas também protegeriam o sustento de pequenos produtores rurais e melhorariam a segurança alimentar e o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, o que, por sua vez, diminui a vulnerabilidade a outros riscos à saúde, reduz a geração de lixo e ajuda a combater a mudança climática. Além disso, boas práticas de gestão hídrica que protejam e restaurem mananciais podem ajudar a lidar com problemas de falta de água e assegurar a qualidade da água, prevenindo assim doenças transmitidas por ela.<sup>49</sup>

Diversas agências das Nações Unidas, grupos de reflexão, organizações internacionais e instituições acadêmicas desenvolveram recomendações sobre prioridades para investimentos e ações legislativas e políticas que gerariam a maior quantidade de benefícios em termos do atendimento de necessidades socioeconômicas imediatas causadas pela pandemia e pavimentação do caminho para desenvolvimento sustentável de longo prazo. Essas mesmas entidades também fizeram recomendações em defesa de um processo decisório transparente e baseado em evidências, que torne informações prontamente disponíveis para o público, integrando estratégias de transversalização de gênero e avaliações de impacto sobre populações vulneráveis, e, quando possível, incluindo oportunidades de participação pública.<sup>50, 51, 52, 53</sup>

### Roteiro de ações climáticas para uma economia de carbono zero

A Parceria de Marrakech para Ação Climática Global do, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, publicou uma série de caminhos para fornecer uma "visão geral das ações transformacionais e marcos necessários para as transformações do sistema dentro dos setores, bem como as sinergias e interligações entre as áreas temáticas e transversais que auxiliam todos os atores a adotar uma abordagem integrada".<sup>54</sup>



**Abaixo apresentamos uma seleção de ações políticas que parlamentares podem considerar apoiar durante o processo de recuperação** tanto para fortalecer os esforços nacionais de atenuação da mudança climática quanto para estimular crescimento econômico (i.e., promover uma recuperação sustentável). Algumas dessas ações políticas podem ser implementadas rapidamente e apoiar a geração imediata de empregos que ajudem a aumentar a taxa de emprego e a lidar com a mudança climática; tais ações são identificadas por um sinal de ( ⚡ ):

### Infraestrutura

- ⚡ Aumentar a eficiência energética de edifícios e residências das comunidades por meio da melhoria do isolamento, práticas de construção sustentáveis, eficiência de eletrodomésticos e sistemas de calefação/ar condicionado.
- ⚡ Modernizar áreas urbanas e rurais por meio da instalação de infraestrutura que permita acesso à conexão de banda larga, sobretudo em comunidades e áreas rurais de menor renda, tornando a Internet de alta velocidade mais acessível e barata para possibilitar trabalho em sistema remoto.
- ⚡ Fortalecer a resiliência da infraestrutura e priorizar um planejamento de gestão de risco de desastres com perspectiva de gênero.
- Estabelecer ou fortalecer sistemas nacionais e subnacionais de alerta antecipado e assegurar a existência de planos de comunicação e tecnologia adequados para disseminar mensagens de alerta a fim de converter informação de alerta antecipada em ação antecipada.<sup>55</sup>

### Capital Natural e Agricultura

- ⚡ Conservar e melhorar o capital natural por meio da plantação de mais árvores, expansão de áreas verdes, melhoria do paisagismo urbano, instalação de telhados verdes/jardins, restauração de terrenos e ecossistemas degradados e proteção de espaços naturais e zonas ribeirinhas (zona que separa um terreno de um curso d'água), por exemplo, protegendo ou plantando mangues etc.
- Construir resiliência melhorando práticas agrícolas por meio de gestão eficiente da água, solo e nutrientes, melhores práticas de pastagem, e aumento da eficiência da cadeia de valor pela incorporação de práticas de economia circular.

### Energia Renovável

- Expandir investimentos e uso de energia renovável e pesquisar tecnologias sustentáveis, como a captura de carbono.<sup>56</sup>
- ⚡ Transição para transporte que utilize eletricidade proveniente de fontes de energia renováveis, tornando essas opções mais amplamente disponíveis, incentivando seu uso e oferecendo investimentos voltados à infraestrutura necessária para apoiar essa transição.

### Subsídios ou Apoio ao Setor Privado

- Incluir condições para uma transição para emissão líquida zero até 2050 como parte de pacotes de apoio financeiro à indústria e identificar consequências do não cumprimento dessas condições.
- Implementar estruturas políticas que incentivem, possibilitem e ofereçam asseguração para o setor privado investir em uma recuperação sustentável e fazer a transição para modelos de negócio sustentáveis e inclusivos que apoiem os objetivos do país no que tange ao alcance da neutralidade climática e economia circular.<sup>57, 58</sup>
- Evitar fornecer novos subsídios ou socorro financeiro a setores de petróleo e gás.<sup>59, 60, 61</sup>
- Reduzir gradativamente as subvenções a combustíveis fósseis existentes e começar a taxar as emissões, direcionando essas economias para programas de bem-estar social e ambiental.

## Incentivos e Financiamento

- Introduzir um imposto sobre carbono ou outro mecanismo de mercado de carbono para aumentar as receitas estatais e acelerar a adoção de tecnologias e práticas com baixa emissão de carbono.

## Educação

- Investir em educação e treinamento para lidar com os níveis de desemprego imediatos, facilitar uma transição justa que lide com todas as perdas de empregos associadas à transição rumo a setores econômicos sustentáveis, e assegurar forças de trabalho com maior igualdade de gênero.



## Estruturas para nortear os esforços de recuperação sustentável

Esta seção oferece uma breve visão geral sobre estruturas internacionais existentes que podem oferecer valiosas orientações a parlamentares no seu apoio a uma recuperação sustentável que integre fatores sociais, econômicos e ambientais, com o objetivo de melhorar a sustentabilidade, resiliência e igualdade das sociedades.

### Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015, fornece dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas e indicadores relacionados que abrangem e integram as esferas econômica, social e ambiental da sociedade. Essa ferramenta oferece um guia sobre como será um futuro justo e sustentável para as gerações atuais e futuras e oferece estratégias para a construção de resiliência contra choques futuros. Ela pode ser utilizada para identificar prioridades e nortear uma criação de políticas e alocação de recursos que favoreçam o alcance dessas prioridades.

Infelizmente, a pandemia causou um retrocesso no cumprimento dos ODS;<sup>62</sup> o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) considera provável a ocorrência de uma queda no índice de desenvolvimento humano.<sup>63</sup> Entretanto, os governos ainda têm a oportunidade de atenuar os danos causados por esse retrocesso e evitar novas quedas, assegurando o alinhamento dos esforços de recuperação com os ODS e a integração desses objetivos com estratégias de desenvolvimento nacionais. Políticas de recuperação devem ser elaboradas considerando as diferentes interações entre os ODS e com o envolvimento de múltiplos setores e partes interessadas, entre eles a sociedade civil, de forma coordenada a fim de assegurar que eles não influenciem negativamente outros objetivos.<sup>64</sup> Desse modo, esforços para identificar e lidar com lacunas de conhecimentos e dados, como determinar se há desagregação de dados por gênero e outras variáveis sociodemográficas e socioeconômicas, fazem-se necessários para orientar políticas e ações de recuperação que beneficiem, de forma sinérgica, respostas ao COVID-19 e contribuam para o alcance dos ODS. Tais políticas também devem incorporar mecanismos de monitoramento e avaliação para analisar o progresso alcançado ao longo do tempo.<sup>65</sup>

#### Para aplicar a estrutura da Agenda de 2030 nos seus esforços para promover uma recuperação sustentável, os parlamentares podem:<sup>66</sup>

- ✓ Estabelecer um comitê ou atribuir responsabilidades a um ou mais comitês no que tange ao monitoramento do progresso rumo ao alcance dos ODS;
- ✓ Definir uma agenda de prioridades legislativas baseada nos objetivos e suas respectivas metas, e nas realidades nacionais;
- ✓ Promover a coleta e publicação de dados adequados e desagregados por gênero a fim de desenvolver e monitorar, de forma coerente, políticas para o alcance desses objetivos;
- ✓ Incluir um estudo (ou fazer um checklist) para cada projeto de lei, com observações sobre como ele impactará os ODS, inclusive projeto de lei orçamentária nacional e quaisquer projetos de lei de recuperação econômica complementares (consulte a última página do *Papel do Parlamento na Implementação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* para obter um checklist que pode ser usado por legisladores para garantir que as funções parlamentares sejam exercidas pela lente dos ODS);
- ✓ Revisar e aprimorar comunicações e estratégias e mecanismos de interação entre o parlamento e o público, de modo a assegurar que sejam eficientes e atinjam todos os segmentos da população, sobretudo os sub-representados e marginalizados, permitindo que sua voz seja ouvida.
- ✓ Promover reformas parlamentares transparentes para melhorar a interação com a sociedade civil, bem como fortalecer a transparência e o acesso à informação, prestação de contas, participação pública e elevados padrões de ética no trabalho parlamentar de acordo com o ODS 16.



Figura 2: A seguinte publicação, [O Papel do Parlamento na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#), desenvolvida pelo ParlAmericas e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento oferece visões adicionais sobre o importante papel dos parlamentares e exemplos de mecanismos que eles estão empregando para apoiar a implementação dos ODS.<sup>67</sup>

## Contribuições Nacionalmente Determinadas para cumprimento das metas do Acordo de Paris

Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) são compromissos concretos de países com relação ao cumprimento das metas do Acordo de Paris para limitar o aquecimento global a 1,5°C ou menos de 2°C acima dos níveis pré-revolução industrial e promover adaptação aos impactos adversos da mudança climática.<sup>68</sup> Para alcançar esse objetivo, deve-se reduzir pela metade as emissões de gases de efeito estufa durante a próxima década e atingir a meta de emissão líquida zero logo no início da segunda metade do século.<sup>69</sup> Segundo o Acordo de Paris, espera-se que os países entreguem CNDs aprimoradas em 2020. Uma pesquisa realizada na América Latina identificou que treze dos quinze países da região planejam entregar CNDs novas ou atualizadas em 2020, cujo objetivo é melhorar os esforços de mitigação e adaptação, estabelecer melhores mecanismos de monitoramento, emissão de relatórios e verificação, e promover a transversalização de gênero e direitos humanos, e uma transição justa.<sup>70</sup>

Entretanto, ainda há preocupação que os impactos socioeconômicos da pandemia levarão países a darem uma pausa ou reduzirem suas ações climáticas, devido aos recursos humanos e financeiros que estão sendo redirecionados para lidar com o COVID-19 e a crescente dívida interna. Portanto, é importante salientar que essas questões não são mutuamente excludentes; as CNDs de um país podem oferecer um caminho para áreas específicas de desenvolvimento econômico e inovação futuros que gerarão empregos no curto prazo, aliviando a tensão imediata gerada pelo desemprego e melhorando o capital social e natural.<sup>71,72</sup> Investir prontamente na atenuação e adaptação à mudança climática, alinhando esses investimentos com as prioridades da Agenda de 2030, pode prevenir a concretização dos elevados níveis de emissão projetados para 2030 e conduzir a uma forma de desenvolvimento mais sustentável.<sup>73</sup> Os compromissos contidos nas CNDs também podem prevenir prejuízos financeiros futuros causados pela inação climática, estimados em 1,4% a 4,3% do PIB anual da América Latina e Caribe até o final do século,<sup>74</sup> bem como reduzir o risco climático e de desastres e aumentar a produtividade.<sup>75</sup>

### Para aplicar a estrutura das Contribuições Nacionalmente Determinadas nos seus esforços para promover uma recuperação sustentável, os parlamentares podem:<sup>76</sup>

- ✔ Assegurar que o governo entregue suas Contribuições Nacionalmente Determinadas aprimoradas em 2020;
- ✔ Estudar as CNDs, monitorar o progresso e assegurar que seu plano de implementação continue a progredir ou seja adaptado para que o objetivo ainda possa ser alcançado diante de novas realidades;
- ✔ Assegurar que novas legislações e políticas não entrem em contradição com os objetivos das CNDs e fazer alterações à legislação existente para promover alinhamento com objetivos climáticos;
- ✔ Realizar debates parlamentares para discutir progresso ou defasagens no cumprimento das metas de emissão de gases de efeito estufa e adaptação à mudança climática;
- ✔ Explorar os pontos de vista e necessidades da sociedade civil para que sejam refletidos em respostas de recuperação, inclusive por meio da identificação de boas práticas climáticas no âmbito local que possam orientar a legislação;
- ✔ Verificar se há alocação orçamentária suficiente para o cumprimento das metas das CNDs e criação de uma economia sustentável.



Figura 3: A seguinte publicação, [Plano de ação parlamentar sobre mudanças climáticas](#) (em inglês), desenvolvida pela União Interparlamentar oferece visões adicionais sobre o importante papel dos parlamentares no fortalecimento de respostas climáticas internacionais e recomenda ações legislativas para ajudar a impulsionar a agenda climática.<sup>77</sup>

## Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres e planos nacionais de adaptação à mudança climática

O Plano das Nações Unidas para redução do risco de desastres, denominado de Marco Sendai para Redução do Risco de Desastres, foi adotado por estados-membro cinco anos atrás. Trata-se de uma ferramenta comum acordada pelas partes para melhorar a prevenção, atenuação, preparação e resposta a todos os riscos, inclusive riscos sistêmicos e biológicos. A aplicação desse marco poderia ajudar a assegurar que futuros riscos biológicos não se transformem em desastres<sup>78</sup> O COVID-19 demonstrou que os países precisam aumentar sua resiliência por meio de uma melhor compreensão do risco, sua natureza sistêmica e interconexões em todos os níveis, permitindo que se preparem para choques futuros, evitando ou reduzindo o impacto de desastres futuros resultantes de perigos naturais, biológicos e/ou antropogênicos (causado pelo ser humano).<sup>79</sup> Melhorar o processo de preparação para desastres requererá a identificação de lacunas de conhecimento e tecnologia, tais como sistemas de alerta antecipado inadequados,<sup>80</sup> bem como o tratamento de riscos e lacunas sistêmicos na proteção social a fim de minimizar vulnerabilidades e desigualdades sociais. A pandemia de COVID-19 poderia se tornar um catalisador de transformação da forma como a sociedade e nossos sistemas econômicos e políticos são estruturados e organizados, fomentando uma abordagem ao desenvolvimento que seja orientada pelo risco e focada na resiliência.

No nosso mundo altamente globalizado, muitos sistemas nacionais estão interconectados e dependem uns dos outros, ou seja, as atividades ambientais, sociais e econômicas nacionais e internacionais de um país afetam outros setores e/ou países. Interconexões semelhantes podem ser encontradas no âmbito nacional entre 1) diferentes setores da economia; 2) estruturas socioeconômicas, tais como desigualdades subjacentes, níveis de desemprego e outras vulnerabilidades; e 3) nível de exposição a perigos e a interação entre esses perigos. Essas relações complexas são vulneráveis a choques repentinos em qualquer dos seus componentes, o que pode gerar um efeito cascata sobre muitos subsistemas e/ou setores, podendo interromper sistemas inteiros. Por exemplo, com a crise do COVID-19, países tiveram dificuldade para adquirir equipamentos de proteção individual na medida que a demanda por essas mercadorias explodiu ao mesmo tempo que houve interrupções nas cadeias de fornecimento. Isso teve efeitos sucessivos e frequentemente profundos sobre os sistemas de saúde nacionais e subnacionais e sua capacidade de responder com segurança à emergência de saúde pública.<sup>81</sup> Por esse motivo, os países precisam ter abordagens coordenadas e multissetoriais, ancoradas por uma boa governança de redução de risco de desastres, que avalie de forma preventiva e gerencie os riscos que interagem com sistemas inteiros. O desenvolvimento dessas abordagens requer que os países implementem uma abordagem que envolva todo o governo, incluindo trocas intersetoriais entre entidades nacionais e locais, bem como a sociedade civil, o setor privado e a comunidade científica, a fim de orientar e liderar estratégias, políticas, legislação e planos referentes à redução do risco de desastres.

A comunidade internacional e científica, incluindo o Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres e a Organização Mundial de Meteorologia, recomenda que se evite o termo “desastre natural” porque ele sugere que desastres ocorrem naturalmente sem fatores desencadeadores, sendo, portanto, inevitáveis. Entretanto, embora os perigos (ex: terremotos, enchentes, furacões, deslizamentos de terra) possam ser naturais, os desastres não o são. Um perigo natural só se transforma em desastre quando as sociedades não gerenciam riscos adequadamente, deixando de lidar devidamente com exposições e vulnerabilidades. É importante que os governos criem estratégias nacionais de prevenção ao risco de desastres, lidando com desigualdades socioeconômicas existentes que afetem a vulnerabilidade de uma população a perigos. Em vez de “desastre natural”, o termo “desastre” tem sido sugerido, ou quando um maior grau de especificidade for necessário, “desastre resultante de perigo”<sup>1182</sup>.



## Para aplicar o Marco de Sendai nos seus esforços para promover uma recuperação sustentável, os parlamentares podem:<sup>83</sup>

- ✔ Estudar e apoiar o desenvolvimento de planos nacionais para redução do risco de desastres, em linha com programas de desenvolvimento de país e estratégias de adaptação à mudança climática, e garantir apoio orçamentário para sua implementação;
- ✔ Avaliar a legislação nacional e local sobre redução de risco de desastres existente e sua conexão e compatibilidade com a legislação sobre mudança climática existente; assegurar que as leis de redução de risco de desastres apresentem resposta a outras questões além de perigos naturais;
- ✔ Assegurar que a legislação relacionada a riscos de desastres e as estratégias nacionais de redução de risco de desastres levem em conta riscos sistêmicos e promovam sistemas de governança de risco<sup>84</sup> (sistema que facilite a coordenação entre diversas partes interessadas com capacitação e informações suficientes para gerir eficientemente e reduzir riscos relacionados a desastres e clima).
- ✔ Investigar se há sinais de alerta antecipado e mecanismos de alerta antecipado adequados para múltiplos perigos em uso e monitorar planos de comunicação para disseminar informações de alerta antecipado.
- ✔ Realizar uma avaliação de vulnerabilidade nacional a fim de identificar as populações e áreas mais afetadas pelo COVID-19, mudanças climáticas e desastres, bem como áreas de alto risco, com o objetivo de fortalecer mecanismos de proteção para os indivíduos mais vulneráveis a riscos. Essa avaliação deverá incluir as ações que estão sendo realizadas por diferentes agentes, valorizando as experiências vividas, conhecimentos tradicionais e habilidades de mulheres, grupos vulneráveis e povos indígenas.
- ✔ Garantir a representação e participação de mulheres, povos indígenas, e grupos historicamente marginalizados no processo de tomada de decisões, inclusive no desenvolvimento de mecanismos para redução do risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas em todos os níveis.
- ✔ Coordenar-se, quando possível, com órgãos de fiscalização sobre o uso adequado de recursos durante emergências, sobretudo durante a fase de reconstrução pós-desastre.
- ✔ Modificar leis e regulamentos que facilitem investimento baseado em risco e integre medidas de adaptação a mudanças climáticas, promovendo inovação e uso de novas tecnologias e energia sustentável.



Figura 4: A seguinte publicação, [Protocolo Parlamentar para Redução do Risco de Desastres e Adaptação às Alterações Climáticas](#), desenvolvida pelo ParlAmericas e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento oferece visões adicionais sobre o importante papel dos parlamentares na construção de sociedades resilientes a desastres, bem como recomendações sobre como alcançar os objetivos do Marco de Sendai.<sup>85</sup>



## Checklist Parlamentar para uma Recuperação Econômica Ecológica e Sustentável

Os Parlamentares podem considerar as seguintes questões conforme buscam promover uma recuperação econômica ecológica e sustentável por meio dos seus deveres de representação, legislação e fiscalização:

Função parlamentar	Questões norteadoras
<p>Representação - Envolver-se com constituintes a fim de compreender suas necessidades e preocupações e promover uma recuperação sustentável</p> <p><b>O envolvimento com constituintes está sendo utilizado para...</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li><input checked="" type="checkbox"/> compreender diversas experiências e desafios vividos em conexão com os efeitos da pandemia de COVID-19 e identificar impactos diferenciados?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> promover os cobenefícios de uma recuperação sustentável, incluindo a geração de empregos sustentáveis?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> atenuar preocupações de que uma recuperação sustentável implicará concessões em termos de geração de emprego e outros benefícios econômicos?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> compreender os pontos de vista e preocupações de jovens a respeito do ônus imputado à sua geração devido à mudança climática e degradação ambiental?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> promover participação pública em processos decisórios relacionados à recuperação pós-pandemia e seus diversos impactos socioeconômicos, assegurando uma representação intersetorial de mulheres e populações tradicionalmente marginalizadas?</li></ul>
<p>Fiscalização - Assegurar que ações governamentais e prioridades orçamentárias estejam alinhadas com os objetivos de uma recuperação ecológica e sustentável</p> <p><b>As medidas governamentais para retomada pós-pandemia...</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li><input checked="" type="checkbox"/> aumentam o bem-estar social e lidam com desigualdades? Apresentam respostas às necessidades da população, inclusive dos segmentos mais vulneráveis a desastres e outros choques sistêmicos?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> destinam recursos para ação climática? Esse financiamento supera recursos de anos anteriores?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> estão alinhadas com planos nacionais de desenvolvimento e redução de risco de desastres e esforços para o alcance dos ODS?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> têm intenção de entregar Contribuições Nacionalmente Determinadas atualizadas e demonstrar investimentos concretos nas medidas necessárias para o alcance desse compromisso, incluindo investimentos em fontes de energia renováveis, e publicam informações sobre progresso?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> incorporam soluções baseadas na natureza que possam melhorar a forma como a humanidade se relaciona com a natureza?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> incluem uma estratégia atualizada de redução de risco de desastres que aborde não somente perigos naturais, mas também biológicos e antropogênicos (causados pelo homem)?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> evitam apoiar setores com uso intenso de carbono, ou caso o façam, há condições atreladas ao apoio?</li><li><input checked="" type="checkbox"/> apoiam a geração de empregos sustentáveis, inclusive com programas de treinamento que facilitem uma transição justa para os trabalhadores de setores não sustentáveis?</li></ul>

- consideram seu impacto sobre a mudança climática, redução do risco de desastres e/ ou alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e seu alinhamento com a respectiva agenda de desenvolvimento (Acordo de Paris, Marco de Sendai e Agenda de 2030)?
- ameaçam o progresso da Agenda de 2030 ou algum dos ODS?
- lidam com os impactos diferenciados do COVID-19, mudança climática e degradação ambiental sobre mulheres e meninas, populações que vivem na pobreza, portadores de deficiências, povos indígenas e afrodescendentes, descendentes de índios, descendentes de escravos, membros da comunidade LGBTQI, deslocados e migrantes, entre outras populações marginalizadas?
- reconhecem e procuram aliviar o ônus de longo prazo imputado aos jovens pela crise climática?
- aproveitam as melhores evidências disponíveis sobre os impactos da pandemia e impactos atuais e futuros da mudança climática e degradação ambiental, incluindo dados desagregados por gênero e outras variáveis socioeconômicas e sociodemográficas?
- integram mecanismos para monitoramento e avaliação do seu impacto, inclusive seu impacto sobre desigualdades socioeconômicas, se aplicável?
- protegem e promovem direitos humanos, incluindo direitos civis e políticos, bem como direitos econômicos, sociais e culturais?
- reconhecem riscos sistêmicos atuais e futuros, inclusive de mudança climática, e procuram construir resiliência a esses choques?
- evitam o termo “desastres naturais” a fim de reconhecer que desastres, bem como seus impactos diferenciados, não são naturais e nem tampouco inevitáveis? (favor consultar a seção sobre o Marco de Sendai, que explica o uso do termo)
- apoiam uma transição justa para o uso de energia sustentável que assegure que trabalhadores de setores não sustentáveis não sejam deixados para trás?
- consideram as visões da sociedade civil e segmentos populacionais que mais provavelmente serão afetados pelo projeto de lei, obtidas por meio de processo de participação pública?

Legislação - Estudar e propor projetos de lei que promovam os objetivos de uma recuperação ecológica e sustentável

**Os projetos de lei voltados à recuperação...**



## Referências

- 1 Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2020*, outubro de 2020. <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/tipo/estudo-economico-america-latina-caribe>
- 2 Ibid.
- 3 Ibid.
- 4 Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, *Panorama Fiscal da América Latina e Caribe*, junho de 2020. <https://www.cepal.org/en/publications/45731-fiscal-panorama-latin-america-and-caribbean-2020-fiscal-policy-amid-crisis>
- 5 ParlAmericas e Assembleia Nacional do Equador, *Compêndio de Ações Legislativas e Executivas das Américas e Caribe em Resposta ao COVID-19*, maio de 2020. [https://www.parlAmericas.org/uploads/documents/Compendium\\_of\\_Legislative\\_and\\_Executive\\_Actions\\_COVID19\\_POR.pdf](https://www.parlAmericas.org/uploads/documents/Compendium_of_Legislative_and_Executive_Actions_COVID19_POR.pdf)
- 6 Strand, Jon., e Toman, Michael. *Estímulo Sustentável, Recuperação Econômica e Desenvolvimento Sustentável de Longo Prazo*, janeiro de 2010, Documento de Trabalho de Pesquisa sobre Política do Banco Mundial, 5163, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/19956>
- 7 Organização Meteorológica Mundial, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Projeto Global de Carbono, Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, Organização para Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas e Serviço Nacional de Meteorologia do Reino Unido, relatório *United in Science* (Unidos pela Ciência) de 2020, agosto de 2020. [https://public.wmo.int/en/resources/united\\_in\\_science](https://public.wmo.int/en/resources/united_in_science)
- 8 Ibid.
- 9 Liu, Z., Ciais, P., Deng, Z. et al. *Monitoramento Praticamente em Tempo Real das Emissões Globais de CO<sub>2</sub> Revela os Efeitos da Pandemia de COVID-19*, outubro de 2020, Revista Nature Communications 11, 5172. <https://doi.org/10.1038/s41467-020-18922-7>
- 10 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, *Relatório sobre a Lacuna de Emissões de 2019*, novembro de 2019. <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorio-sobre-lacuna-de-emissoes-2019>
- 11 Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres e Centro de Pesquisa sobre Epidemiologia de Desastres, *Custo Humano de Desastres*, outubro de 2020. <https://reliefweb.int/report/world/human-cost-disasters-overview-last-20-years-2000-2019#:~:text=In%20the%20period%202000%20to,over%20the%20previous%20twenty%20years>
- 12 Arent, Douglas., Tol, Richard., Faust Eberhard., Hella, Joseph., Kumar Surender., Strzepek, Kenneth., Tóth Ferenc. e Yan Denghua. "Quinto Relatório de Avaliação (AR5) sobre Mudanças Climáticas de 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. Parte A: Aspectos Globais e Setoriais". *Setores e Serviços Essenciais da Economia*, 2014. Contribuição do Documento de Trabalho II do Quinto Relatório de Avaliação do IPCC, Cambridge University Press, p. 659-708. [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-Chap10\\_FINAL.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-Chap10_FINAL.pdf)
- 13 Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, *Aquecimento Global de 1,5°C: Um Relatório Especial do IPCC sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-revolução industrial e tendências globais de emissão de gases de efeito estufa, no contexto do fortalecimento da resposta global à ameaça de mudança climática, desenvolvimento sustentável e esforços para erradicação da pobreza*, 2018. <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>

- 14 Saget, Catherine., Vogt-Schilb, Adrien., e Luu, Trang. *Os Empregos em um Futuro com Zero Emissão Líquida na América Latina e Caribe*, julho de 2020. Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização Internacional do Trabalho, Washington D.C. e Genebra. <https://publications.iadb.org/es/el-empleo-en-un-futuro-de-cero-emisiones-netas-en-america-latina-y-el-caribe>
- 15 Ibid.
- 16 Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, *Mudança Climática e Terra*, agosto de 2019. [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/4.-SPM\\_Approved\\_Microsite\\_FINAL.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/4.-SPM_Approved_Microsite_FINAL.pdf)
- 17 Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF), *Relatório Planeta Vivo de 2020 - Revertendo a curva de perda de biodiversidade*, 2020. <https://livingplanet.panda.org/pt-br/>
- 18 Ibid.
- 19 Comissão Econômica da América Latina e Caribe, *Efeitos das Quarentenas e Restrições a Atividades Relacionadas à Doença do Coronavírus (COVID-19) sobre a Qualidade do Ar nas Cidades da América Latina*, julho de 2020. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45839-efectos-cuarentenas-restricciones-actividad-relacionadas-covid-19-la-calidad>
- 20 Ibid.
- 21 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Instituto Internacional de Pesquisa Pecuária, *Prevenindo a Próxima Pandemia: Doenças zoonóticas e como quebrar a cadeia de transmissão*, julho de 2020. <https://www.unenvironment.org/pt-br/resources/report/preventing-future-zoonotic-disease-outbreaks-protecting-environment-animals-and>
- 22 Rodríguez-Morales, Alfonso., e Delgado-López, Carlos. "Dimensões Humanas e Sociais da Mudança Climática", *Impacto da Mudança Climática sobre Doenças Zoonóticas da América Latina*, 2012. <https://www.intechopen.com/books/human-and-social-dimensions-of-climate-change/impact-of-climate-change-on-zoonotic-diseases-in-latin-america>
- 23 Pinto, Julio., Bonacic, Cristian., Hamilton-West, Christopher., Romero, Jaime., e Lubroth, Juan. *Mudança climática e doenças zoonóticas da América do Sul*, 2008. *Revue scientifique et technique (Escritório Internacional de Epizootias)*, 27, p. 599-613. [https://www.researchgate.net/publication/23285593\\_Climate\\_change\\_and\\_animal\\_diseases\\_in\\_South\\_America](https://www.researchgate.net/publication/23285593_Climate_change_and_animal_diseases_in_South_America)
- 24 Washington, Harriet. *Como o Racismo Ambiental está Alimentando a Pandemia de Coronavírus*, maio de 2020. <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01453-y>
- 25 Beech, Peter. *O que é racismo ambiental*, Fórum Econômico Mundial, julho de 2020. <https://www.weforum.org/agenda/2020/07/what-is-environmental-racism-pollution-covid-systemic/>
- 26 Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, *Aquecimento Global de 1,5°C: Um Relatório Especial do IPCC sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-revolução industrial e tendências globais de emissão de gases de efeito estufa, no contexto do fortalecimento da resposta global à ameaça de mudança climática, desenvolvimento sustentável e esforços para erradicação da pobreza*, 2018. <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>
- 27 Organização Mundial da Saúde (OMS), *Manifesto da OMS para uma recuperação saudável pós-COVID-19*, maio de 2020. <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/who-manifesto-for-a-healthy-recovery-from-covid-19>
- 28 Cárdenas, Mauricio., e Guzmán Ayala, Juan José. *Planejando uma Recuperação Sustentável Pós-Pandemia na América Latina e Caribe*, outubro de 2020, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. [https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/library/crisis\\_prevention\\_and\\_recovery/planeando-una-recuperacion-sostenible-para-la-pospandemia-en-ame.html](https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/library/crisis_prevention_and_recovery/planeando-una-recuperacion-sostenible-para-la-pospandemia-en-ame.html)
- 29 Organização Internacional do Trabalho, *Impacto sobre o Mercado de Trabalho e Renda na América Latina e Caribe (Segunda Edição)*, setembro de 2020. [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_756729/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_756729/lang--pt/index.htm)

- 30 Fundo Monetário Internacional, *Panorama Econômico Regional para o Hemisfério Ocidental*, outubro de 2020. <https://www.imf.org/en/Publications/REO/WH/Issues/2020/10/13/regional-economic-outlook-western-hemisphere>
- 31 Ibid.
- 32 Saget, Catherine., Vogt-Schilb, Adrien., e Luu, Trang. *Os Empregos em um Futuro com Zero Emissão Líquida na América Latina e Caribe*, julho de 2020, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização Internacional do Trabalho, Washington D.C. e Genebra. <https://publications.iadb.org/es/el-empleo-en-un-futuro-de-cero-emisiones-netas-en-america-latina-y-el-caribe>
- 33 Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Organização Internacional do Trabalho, *A Natureza Contrata: Como soluções Baseadas na Natureza Podem Impulsionar uma Recuperação com Empregos Sustentáveis*, outubro de 2020. [https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/nature\\_hires\\_report\\_wwf\\_ilo.pdf](https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/nature_hires_report_wwf_ilo.pdf)
- 34 Chatham House, *A Economia Circular na América Latina e Caribe*, setembro de 2020. <https://www.chathamhouse.org/2020/09/circular-economy-latin-america-and-caribbean/summary>
- 35 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Escritório de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas, *Direitos Humanos, Meio Ambiente e COVID-19*, agosto de 2020. <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/33510/HRE1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- 36 ParlAmericas e Diretório Legislativo, *Priorizando a Igualdade de Gênero nas Respostas Legislativas à Pandemia*, 2020. [https://www.parlAmericas.org/uploads/documents/COVID19\\_Igualdad\\_de\\_genero\\_POR.pdf](https://www.parlAmericas.org/uploads/documents/COVID19_Igualdad_de_genero_POR.pdf)
- 37 Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, *A Vantagem da América Latina e Caribe*, setembro de 2019. <https://reliefweb.int/report/world/latin-america-and-caribbean-advantage-family-farming-critical-success-factor-resilient>
- 38 Ibid.
- 39 Cook, Jonathan., e Taylor, Rod. *A Natureza como Aposta Econômica para a Recuperação Pós-COVID 19*, n.d. <https://www.wri.org/news/coronavirus-nature-based-solutions-economic-recovery>
- 40 Stiglitz, Joseph, *Acabando com a Grande Divisão*, setembro de 2020. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2020/09/pdf/COVID19-and-global-inequality-joseph-stiglitz.pdf>
- 41 Hepburn, Cameron., O'Callaghan, Brian., Stern, Nicholas., Stiglitz, Joseph., e Zenghelis, Dimitri., *Os Pacotes de Recuperação Fiscal do COVID-19 Acelerarão ou Retardarão o Progresso com Relação à Mudança Climática?*, Revisão de Política Econômica de Oxford, Volume 36, Suplemento\_1, 2020, p. S359–S381, <https://doi.org/10.1093/oxrep/graa015>
- 42 Stiglitz, Joseph, *Acabando com a Grande Divisão*, setembro de 2020. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2020/09/pdf/COVID19-and-global-inequality-joseph-stiglitz.pdf>
- 43 Nações Unidas, *Resumo de Política: O Impacto do COVID-19 na América Latina e Caribe*, julho de 2020. [https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg\\_policy\\_brief\\_covid\\_lac.pdf](https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_covid_lac.pdf)
- 44 Hepburn, Cameron., O'Callaghan, Brian., Stern, Nicholas., Stiglitz, Joseph., e Zenghelis, Dimitri., *Os Pacotes de Recuperação Fiscal do COVID-19 Acelerarão ou Retardarão o Progresso com Relação à Mudança Climática?*, Revisão de Política Econômica de Oxford, Volume 36, Suplemento\_1, 2020, p. S359–S381, <https://doi.org/10.1093/oxrep/graa015>
- 45 Ibid.
- 46 Ibid.
- 47 Reeves, Martin., Carlsson-Szlezak., Philipp., Whitaker, Kevin., e Abraham, Mark., *Entendendo e Modelando a Era Pós-COVID*, abril de 2020. [https://image-src.bcg.com/Images/BCG-Sensing-and-Shaping-the-Post-COVID-Era-Apr-2020-rev\\_tcm26-244426.pdf](https://image-src.bcg.com/Images/BCG-Sensing-and-Shaping-the-Post-COVID-Era-Apr-2020-rev_tcm26-244426.pdf)

- 48 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, *Aprimorando Contribuições Nacionalmente Determinadas por meio de Soluções Baseadas na Natureza e Eficiência de Recursos*, maio de 2020. <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/32284/NDCs.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- 49 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Transformando Alimentos e Agricultura: Criando Segurança Alimentar Simultaneamente ao Combate da Mudança Climática*, junho de 2020. <https://reliefweb.int/report/world/transforming-food-and-agriculture-creating-food-security-while-fighting-climate-change>
- 50 ParlAmericas, *Participação Cidadã no Processo Legislativo*, 2018. <https://www.parlamericas.org/uploads/documents/Kit%20de%20ferramentas%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20Cidad%C3%A3%20no%20Processo%20Legislativo.pdf>
- 51 Corkal, Vanessa., Gass, Philip., e Cosbey, Aaron. *Contrapartidas Verdes: Princípios e condições para uma recuperação sustentável pós-COVID-19 no Canadá*, junho de 2020. Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. <https://www.iisd.org/system/files/2020-07/green-strings-covid-19-canada-en.pdf>
- 52 Hepburn, Cameron., O'Callaghan, Brian., Stern, Nicholas., Stiglitz, Joseph., e Zenghelis, Dimitri., *Os Pacotes de Recuperação Fiscal do COVID-19 Acelerarão ou Retardarão o Progresso com Relação à Mudança Climática?*, Análise de Política Econômica de Oxford, Volume 36, Suplemento\_1, 2020, p. S359–S381, <https://doi.org/10.1093/oxrep/graa015>
- 53 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, *Como Articular Respostas Integradas às Crises Sanitárias, Econômicas e Climáticas na América Latina e Caribe*, 2020. <http://www.cambioclimatico-regatta.org/index.php/en/documents-and-tools/category/recuperacion-economica-p>
- 54 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, *Caminhos de Ação Climática*, novembro 2020. [https://unfccc.int/climate-action/marrakech-partnership/reporting-and-tracking/climate\\_action\\_pathways](https://unfccc.int/climate-action/marrakech-partnership/reporting-and-tracking/climate_action_pathways)
- 55 Organização Mundial de Meteorologia, *Relatório sobre o Estado dos Serviços Climáticos de 2020: Mudança de Avisos Antecipados para Ação Antecipada*, outubro de 2020, <https://public.wmo.int/en/media/press-release/state-of-climate-services-2020-report-move-from-early-warnings-early-action>
- 56 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, *Como Articular Respostas Integradas às Crises Sanitárias, Econômicas e Climáticas na América Latina e Caribe*, 2020. <http://www.cambioclimatico-regatta.org/index.php/en/documents-and-tools/category/recuperacion-economica-p>
- 57 Comitê de Doadores para o Desenvolvimento Empresarial, *Uso do Desenvolvimento do Setor Privado para Alcançar uma Recuperação Sustentável no Contexto da Pandemia de COVID-19*, maio de 2020. <https://www.enterprise-development.org/wp-content/uploads/Using-PSD-to-achieve-a-green-recovery-in-the-context-of-the-COVID-19-pandemic-May-2020.pdf>
- 58 Morgado, Crishna., e lasfargues, Bérénice. *Envolvendo o Setor Privado para Crescimento Sustentável e Ação Climática: Uma Visão Geral sobre Esforços de Cooperação Voltados para o Desenvolvimento*, 2017, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. <https://www.cbd.int/financial/2017docs/oecd-private2017.pdf>
- 59 O Projeto de Recuperação, *Cúpula sobre Recuperação - Como Reconstruir Melhor*, setembro de 2020. <https://recoveryproject.ca/wp-content/uploads/2020/09/The-Recovery-Summit-How-to-Build-Back-Better.pdf>
- 60 Saget, Catherine., Vogt-Schilb, Adrien., e Luu, Trang. *Os Empregos em um Futuro com Zero Emissão Líquida na América Latina e Caribe*, julho de 2020. Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização Internacional do Trabalho, Washington D.C. e Genebra. <https://publications.iadb.org/es/el-empleo-en-un-futuro-de-cero-emisiones-netas-en-america-latina-y-el-caribe>
- 61 Climate Action Tracker, *Um Roteiro para Governos Lidarem com a Crise Climática e a Crise Econômica Pós-COVID 19*, abril de 2020. [https://climateactiontracker.org/documents/706/CAT\\_2020-04-27\\_Briefing\\_COVID19\\_Apr2020.pdf](https://climateactiontracker.org/documents/706/CAT_2020-04-27_Briefing_COVID19_Apr2020.pdf)

- 62 Divisão Estatística das Nações Unidas, *Relatório sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2020*, julho de 2020. <https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/#sdg-goals>
- 63 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *O COVID-19 e o Desenvolvimento Humano: Analisando a Crise, Visualizando a Recuperação*, 2020. [http://hdr.undp.org/sites/default/files/covid-19\\_and\\_human\\_development\\_0.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/covid-19_and_human_development_0.pdf)
- 64 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, *Construindo uma Resposta Coerente para uma Recuperação Sustentável Pós-COVID-19 (versão preliminar)*, julho de 2020. [http://www.oecd.org/governance/pcsd/PRELIMINARY%20VERSION\\_PCSO\\_Policy-Response-Covid19\\_13%20July%202020.pdf](http://www.oecd.org/governance/pcsd/PRELIMINARY%20VERSION_PCSO_Policy-Response-Covid19_13%20July%202020.pdf)
- 65 Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, *Integração da agenda de 2030 com planos e estratégias nacionais: Reflexão sobre a Resposta e Recuperação após o COVID-19*, maio de 2020. [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/26222Integration\\_Webinar\\_Key\\_Policy\\_Messages\\_and\\_Recommendations\\_final.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/26222Integration_Webinar_Key_Policy_Messages_and_Recommendations_final.pdf)
- 66 ParlAmericas e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *O Papel do Parlamento na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, outubro de 2019. [https://www.parlamerica.org/uploads/documents/POR\\_Publication\\_SDGs.pdf](https://www.parlamerica.org/uploads/documents/POR_Publication_SDGs.pdf)
- 67 Ibid.
- 68 ParlAmericas, *Mapeando as Contribuições Nacionalmente Determinadas*. <https://www.parlamerica.org/pt/climate-change/climate-map.aspx>
- 69 Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, *Aquecimento Global de 1,5°C. Um Relatório Especial do IPCC sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-revolução industrial e tendências globais de emissão de gases de efeito estufa, no contexto do fortalecimento da resposta global à ameaça de mudança climática, desenvolvimento sustentável e esforços para erradicação da pobreza*, 2018. <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>
- 70 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - Centro de Colaboração Regional do Panamá, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e Parceria NDC, *Pesquisa sobre Contribuições Nacionalmente Determinadas da América Latina de 2020*, 2020. [https://unfccc.int/sites/default/files/resource/RCCPanamaSurveyOnNDC\\_13Octubre2020.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/RCCPanamaSurveyOnNDC_13Octubre2020.pdf)
- 71 Hammer, Stephen., Hallegatte, Stéphane., e Banaji Ferzina. *Como as Ambições Climáticas dos Países Podem Apoiar uma Recuperação Sustentável Pós-COVID-19 (Coronavírus)*, Banco Mundial, maio de 2020. <https://blogs.worldbank.org/pt/climatechange/como-ambicoes-climaticas-dos-paises-podem-apoiar-uma-retomada-sustentavel-apos-covid>
- 72 Hepburn, Cameron., O'Callaghan, Brian., Stern, Nicholas., Stiglitz, Joseph., e Zenghelis, Dimitri., *Os Pacotes de Recuperação Fiscal do COVID-19 Acelerarão ou Retardarão o Progresso com Relação à Mudança Climática?*, Análise de Política Econômica de Oxford, Volume 36, Suplemento\_1, 2020, p. S359–S381, <https://doi.org/10.1093/oxrep/graa015>
- 73 Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, *A Economia da Mudança Climática na América Latina e Caribe*, fevereiro de 2019. <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44486-economia-mudanca-climatica-america-latina-caribe-visao-grafica>
- 74 Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, *A Economia da Mudança Climática na América Latina e Caribe: sumário de 2010*, novembro de 2010. <https://www.cepal.org/en/publications/2990-economics-climate-change-latin-america-and-caribbean-summary-2010>
- 75 Comissão Global de Adaptação, *Adaptação Agora: Um Apelo Global por Liderança na Resiliência Climática*, setembro de 2019. [https://cdn.gca.org/assets/2019-09/GlobalCommission\\_Report\\_FINAL.pdf](https://cdn.gca.org/assets/2019-09/GlobalCommission_Report_FINAL.pdf)
- 76 União Interparlamentar, *Plano de Ação Parlamentar Sobre Mudança Climática*, 2016. <https://www.ipu.org/file/429/download>
- 77 Ibid.

- 78 Nações Unidas, *Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030*, 2015. [https://www.preventionweb.net/files/43291\\_63575sendaiframeworkportunofficialf.pdf](https://www.preventionweb.net/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficialf.pdf)
- 79 Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres e União Africana, *Nota informativa: Lidando com a Redução do Risco de Diversos Perigos Durante a Crise do COVID-19*, maio de 2020. <https://reliefweb.int/report/world/issue-brief-addressing-disaster-risk-reduction-multiple-hazards-during-covid-19-crisis>
- 80 Organização Mundial de Meteorologia, *Relatório sobre o Estado dos Serviços Climáticos de 2020: Mudança de Avisos Antecipados para Ação Antecipada*, outubro de 2020, <https://public.wmo.int/en/media/press-release/state-of-climate-services-2020-report-move-from-early-warnings-early-action>
- 81 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, *Uma Abordagem de Resiliência Sistêmica para Lidar com o COVID-19 e Choques Futuros*, abril de 2020. <http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/a-systemic-resilience-approach-to-dealing-with-covid-19-and-future-shocks-36a5bdfb/>
- 82 Chmutina, K., von Meding, J. *Um Dilema Linguístico: “Desastres Naturais” na Literatura Acadêmica*, 2019. *International Journal of Disaster Risk Science* 10, p. 283–292. <https://doi.org/10.1007/s13753-019-00232-2>
- 83 ParlAmericas e Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres, *Protocolo Parlamentar para Redução do Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas*, fevereiro de 2019. [https://www.parlAmericas.org/uploads/documents/POR\\_Protocolo\\_DRR\\_Online\\_Version.pdf](https://www.parlAmericas.org/uploads/documents/POR_Protocolo_DRR_Online_Version.pdf)
- 84 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Nota informativa: Governança de Risco de Desastre*, 2013. [https://www.researchgate.net/publication/273449927\\_Governance\\_in\\_Disaster\\_Risk\\_Management](https://www.researchgate.net/publication/273449927_Governance_in_Disaster_Risk_Management)
- 85 ParlAmericas e Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres, *Protocolo Parlamentar para Redução do Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas*, fevereiro de 2019. [https://www.parlAmericas.org/uploads/documents/POR\\_Protocolo\\_DRR\\_Online\\_Version.pdf](https://www.parlAmericas.org/uploads/documents/POR_Protocolo_DRR_Online_Version.pdf)





Secretaría Internacional do ParlAmericas  
703 - 155 Queen St., Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canadá  
Telefone + 1 (613) 947-8999  
[www.parlamericas.org](http://www.parlamericas.org) | [info@parlamericas.org](mailto:info@parlamericas.org)

